

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ANITA MACHADO BARROS GRADIL**

**QUESTÃO SOCIAL: A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO  
DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO**

**VOLTA REDONDA**

**2024**

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**QUESTÃO SOCIAL: A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE  
TRABALHO CONTEMPORÂNEO**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social do UniFOA como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aluna: Anita Machado Barros Gradil

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Ramalho Gandra

**Volta Redonda**

**2024**



### FOLHA DE APROVAÇÃO

**Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:**

Questão Social: a Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Contemporâneo


**Elaborado por:** Anita Machado Barros Gradi

apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Serviço Social

Aprovada em 11 de DEZEMBRO de 2024

Banca Avaliadora:

  
.....  
Professor Orientador  
Marco Aurélio Ramalho Gandra, Doutor, UniFOA

  
.....  
Professor Avaliador  
Karin Alves do Amaral Escobar, Mestre, UniFOA

  
.....  
Professor Avaliador  
Ailton da Silva Carvalho, Mestre, UniFOA

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso a todas as minhas companheiras de luta, mulheres que, com coragem e determinação, enfrentam diariamente os desafios de viver em uma sociedade marcada por desigualdades. A todas que batalham pelo direito de ocupar seus espaços, que resistem às imposições e expectativas limitadoras, que carregam em si a força de mudar realidades. Este trabalho é para aquelas que se recusam a aceitar menos do que merecem, que sonham e lutam por uma sociedade mais justa, igualitária e libertadora, onde ser mulher não seja motivo de exclusão, mas sim de celebração.

Dedico, também, à minha mãe, minha primeira e mais constante inspiração. A mulher que me ensinou o significado da resiliência e do amor incondicional, que me mostrou que a verdadeira força está em enfrentar os dias difíceis com determinação e em nunca perder a fé no amanhã. Às minhas irmãs, Aline e Ariana, que diariamente me lembram da importância da união e do apoio mútuo. Com vocês aprendi que o ato de ser mulher e enfrentar o mundo de cabeça erguida é, em si, um poderoso gesto político, uma reafirmação de nossa capacidade de transformar e resistir.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão, primeiramente a Deus e aos orixás, que sempre estiveram ao meu lado, fortalecendo minha fé e me dando forças para continuar firme em minha caminhada. Agradeço ao meu cônjuge, Franey, que durante os quatro anos de faculdade foi minha maior rede de apoio e meu maior incentivador. Você esteve comigo em todos os momentos, me ajudando a seguir em frente mesmo quando as dificuldades pareciam insuperáveis. Obrigada por sua paciência, força e por sempre me lembrar de acreditar em mim mesma. Minha amiga de faculdade, Raphaella Christini, merece um agradecimento especial. Sua parceria e apoio foram fundamentais para que eu persistisse neste curso. Você caminhou ao meu lado, compartilhando os desafios, as noites em claro e as conquistas deste trabalho de conclusão. Sem você, este sonho teria sido ainda mais difícil de alcançar. Agradeço também à minha querida amiga e companheira Mariana Cordeiro. Você foi um dos principais pilares que me sustentaram até aqui. Sua dedicação, apoio e palavras de incentivo foram essenciais para que eu alcançasse minha tão sonhada formação. Obrigada por

sempre acreditar em mim e me motivar. À minha supervisora de campo, Thamaris Curty, que, além de ser uma profissional inspiradora, tornou-se uma grande amiga ao longo dessa jornada.

Ao meu orientador, Marcos, expresso minha gratidão pela paciência, profissionalismo e pelo carinho com que conduziu este processo. Suas orientações e ensinamentos foram cruciais para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço aos demais professores do curso, que tiveram um papel essencial ao longo dessa jornada tão significativa e cheia de emoções. Vocês foram peças-chave na construção deste sonho, compartilhando conhecimentos e experiências que levarei para a vida toda. Muito obrigada por tudo!

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso investiga a inserção das mulheres no mercado de trabalho contemporâneo, com ênfase nas desigualdades de gênero que ainda persistem. A pesquisa analisa como fatores históricos, culturais e estruturais dificultam a plena integração feminina em condições de igualdade, evidenciando que essas barreiras refletem problemas sociais complexos. O estudo traz uma crítica ao feminismo liberal, apontando suas limitações em abordar questões estruturais, como a divisão sexual do trabalho, a disparidade salarial e a precarização das condições de emprego, especialmente entre as mulheres das classes populares. Apesar de avanços, como o aumento da participação feminina em diversas áreas e em cargos de liderança, ainda são comuns desafios como a dupla jornada, a segregação ocupacional e a insuficiência de políticas públicas voltadas à equidade. A pesquisa também enfatiza as interseções entre gênero, classe e raça, que aprofundam as desigualdades vivenciadas por mulheres em diferentes contextos sociais. Como conclusão, defende-se que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho deve estar atrelada a estratégias coletivas e estruturais, com o fortalecimento de políticas públicas, mudanças culturais e ações articuladas por movimentos sociais, promovendo transformações mais amplas em direção à equidade e à justiça social.

**Palavras-chave:** Desigualdade de gênero; Mercado de trabalho; Feminismo; Políticas públicas.

## ABSTRACT

This thesis examines the integration of women into the contemporary labor market, focusing on the persistent gender inequalities that shape this context. The research analyzes how historical, cultural, and structural factors hinder women's full and equal participation, highlighting that these barriers reflect broader and complex social issues. The study critiques liberal feminism, pointing out its limitations in addressing structural issues such as the sexual division of labor, wage disparities, and precarious working conditions, especially among women from lower socioeconomic classes. While acknowledging progress, such as increased female participation in various fields and leadership roles, challenges like the double burden, occupational segregation, and insufficient public policies aimed at equity remain prevalent. The research also emphasizes the intersections of gender, class, and race, which deepen the inequalities experienced by women in diverse social contexts. In conclusion, it argues that women's inclusion in the labor market must be tied to collective and structural strategies, involving strengthened public policies, cultural shifts, and coordinated actions by social movements to foster broader transformations towards equity and social justice.

**Keywords:** gender inequality; labor market; feminism; sexual division of labor; public policies.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. FEMINISMO E QUESTÃO SOCIAL: .....	13
2.1. Movimento feminista: liberal e anticapitalista .....	19
3. A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO .....	22
3.1. Avanços e desafios no mundo do trabalho feminino .....	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
5. REFERÊNCIAS.....	36

## 1. INTRODUÇÃO

*“Eu não estou mais aceitando as coisas que não posso mudar; estou mudando as coisas que eu não posso aceitar.”*

– *Angela Davis.*

ARRUZZA, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 12) afirmam que:

“Recusamos um feminismo que serve ao capitalismo. Buscamos um feminismo para os 99%: um feminismo anticapitalista, antirracista, anticolonial e antiextrativista que lute contra a exploração, opressão e destruição ambiental”.

Este trabalho está fundamentado nessa proposta de feminismo radical, conforme defendido por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), que sugere que a verdadeira emancipação das mulheres só será alcançada quando as estruturas patriarcais e capitalistas forem rompidas. A pesquisa foca na inserção da mulher no mercado de trabalho contemporâneo, destacando os desafios históricos, culturais e estruturais que ainda persistem, e revela que as desigualdades de gênero são reflexos de um sistema que perpetua hierarquias sociais e econômicas.

Faço minhas as palavras da autora, dizendo que este trabalho de conclusão de curso está relacionado à vivência pessoal, como um meio de destacar a importância do feminismo no nosso cotidiano, especialmente no ambiente de trabalho.

Nossa sociedade está fadada a se acostumar com as condições que o sistema capitalista impõe ao nosso modo de sobreviver, aceitando as desigualdades e as opressões que o capitalismo institui à classe trabalhadora. É isso que o sistema espera do povo. Porém, atualmente entendemos que a nossa luta é significativa para todos os filhos da classe operária, incluindo as mulheres, negros, LGBTQIAP+, povos originários e toda a sociedade que teve que lutar pelo seu espaço, como salientado por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), “somente uma luta coletiva, enraizada nas demandas das mulheres da classe trabalhadora, negras, indígenas, imigrantes e LGBTQIA+, pode transformar as condições que sustentam a opressão” (p. 41). A análise crítica do trabalho, da divisão sexual do trabalho e da precarização das

condições laborais que afetam principalmente as mulheres das classes populares fundamenta a análise teórica do estudo.

Durante a leitura desses capítulos, será notória a defesa do movimento feminista e uma crítica ao sistema de trabalho contemporâneo em sua relação com o gênero feminino, onde também serão abordados: o feminismo liberal e o feminismo anticapitalista, mostrando que, apesar de ambos serem movimentos feministas, os ideários são distintos, levantando a necessidade de cuidado com o tipo de feminismo que as mulheres devem seguir, entendendo que a linha de raciocínio e os objetivos não são os mesmos. Conforme as autoras, “o capitalismo depende da opressão das mulheres, atribuindo-lhes o trabalho reprodutivo não pago” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 25), o que reflete a subordinação feminina dentro do sistema econômico e social. Mesmo com os avanços ao longo do tempo, como o aumento da participação feminina em diferentes setores, os obstáculos enfrentados pelas mulheres continuam a evidenciar a necessidade de ações coletivas para transformar essa realidade.

Como todo movimento, o feminismo tem seus momentos de efervescência. Creio que a classe operária necessita com urgência reconhecer seu poder e voltar às lutas. Foram muitas conquistas; entretanto, a luta não parou. É necessário continuar buscando melhorias nas condições e relações trabalhistas, com a ajuda dos movimentos sociais que compõem a classe trabalhadora, tornando a luta cada vez mais forte. Neste trabalho, quero incentivar as mulheres a buscar seu espaço no local de trabalho, entendendo que o mundo do trabalho não está fazendo nenhum favor ao contratá-las, mas sim, tendo de aceitar uma mulher que está em um espaço de trabalho conquistado devido a muitas lutas e mortes. É importante aproveitar os avanços do movimento feminista para conquistar a igualdade salarial, ambientes de trabalho dignos, valorização da formação acadêmica, desconstruir a ideia de que a maternidade é um empecilho para a vida profissional da mulher, seu lugar de fala e a importância dele.

A luta pela igualdade de gênero é uma das questões sociais mais significativas da história moderna, refletindo uma busca constante pela superação de desigualdades que há séculos moldam as relações humanas. O feminismo, enquanto movimento político e social, desempenhou um papel central nesse processo,

questionando estruturas patriarcais e promovendo avanços em diferentes esferas, desde a política até o mercado de trabalho.

Com raízes que remontam às revoluções sociais e econômicas dos séculos XVIII e XIX, o feminismo evoluiu em resposta aos desafios de cada época, trazendo à tona debates cruciais sobre o papel da mulher na sociedade. A inserção feminina no mercado de trabalho, em especial, tornou-se um marco na luta por autonomia e reconhecimento, embora essa conquista tenha sido acompanhada por novos desafios, como a disparidade salarial, a desigualdade de oportunidades e a sobrecarga da dupla jornada.

Neste contexto, o presente trabalho busca analisar como as estruturas econômicas e sociais influenciaram a condição feminina ao longo do tempo, destacando a necessidade de uma abordagem interseccional para compreender as múltiplas formas de opressão vivenciadas por mulheres de diferentes origens e realidades.

Ao investigar essas questões, pretende-se não apenas resgatar a importância histórica do feminismo, mas também refletir sobre os desafios contemporâneos e as possibilidades de transformação em direção a uma sociedade mais justa e equitativa. O movimento feminista tem desempenhado um papel crucial na luta por igualdade, não apenas no que diz respeito aos direitos das mulheres, mas também nas questões sociais mais amplas. A interseção entre feminismo e questão social revela como as desigualdades de gênero se conectam com outras formas de exclusão, como a pobreza, a violência e o acesso desigual a direitos essenciais. Historicamente, o feminismo tem se levantado contra essas injustiças sociais, buscando transformar as estruturas sociais e políticas para garantir uma sociedade mais justa para todos, independentemente do gênero. Esse movimento, no entanto, possui diferentes vertentes, sendo uma delas o feminismo liberal, que se concentra em alcançar igualdade dentro do sistema capitalista, e outra, o feminismo anticapitalista, que questiona as próprias bases do sistema econômico, propondo alternativas mais profundas para reorganizar a sociedade. Ambas as abordagens têm influenciado significativamente a forma como a luta das mulheres é conduzida, moldando estratégias e conquistando vitórias ao longo do tempo.

No contexto contemporâneo, a inserção da mulher no mercado de trabalho é um reflexo dessas transformações. Embora as mulheres tenham conquistado espaços em setores antes exclusivos dos homens, ainda enfrentam desafios substanciais, como a desigualdade salarial e a discriminação de gênero. A batalha pela igualdade no mercado de trabalho é contínua, e, apesar de algumas políticas públicas e práticas empresariais terem avançado nesse sentido, ainda existe uma resistência estrutural que dificulta o acesso das mulheres a cargos de liderança e à igualdade de oportunidades. Além disso, as mulheres continuam a ser sobrecarregadas com responsabilidades domésticas, o que limita sua capacidade de se dedicar integralmente ao ambiente profissional.

Porém, os avanços são inegáveis. As mulheres têm conquistado direitos trabalhistas fundamentais, como o direito à licença maternidade, e têm se tornado cada vez mais presentes em áreas de decisão e gestão. A luta pela igualdade salarial tem gerado frutos, embora ainda haja muito a ser feito para erradicar a disparidade salarial. Apesar disso, obstáculos como o teto de vidro<sup>1</sup> e a violência no ambiente de trabalho ainda representam desafios persistentes para o avanço pleno das mulheres no mercado de trabalho. A reflexão sobre esses progressos e dificuldades destaca a necessidade de políticas públicas mais eficazes e uma mudança cultural que garanta, de fato, a equidade de gênero em todos os aspectos da vida profissional e pessoal. Ao se deparar com essas questões, é possível vislumbrar um futuro em que as mulheres tenham a liberdade de conquistar seus espaços, sem limitações impostas por seu gênero, e possam contribuir de maneira plena e igualitária no mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> Teto de vidro: É uma metáfora usada para descrever barreiras invisíveis que impedem a ascensão de determinados grupos, principalmente mulheres, em carreiras ou posição de poder, mesmo quando têm qualificação e competência suficiente.

## 2. FEMINISMO E QUESTÃO SOCIAL:

O movimento feminista desencadeou-se contra o patriarcalismo vigente durante o século XIX e tornou-se pauta de debates constantes em literaturas feministas, econômicas, grupos sociais e políticos. O patriarcalismo pertence a um conjunto social, econômico e político enraizado no corpo social, que tem como objetivo a concentração de poder e autoridade totalmente voltados para o homem, no âmbito familiar e na sociedade.

O patriarcalismo dita que o homem detém o controle sobre os corpos de mulheres, crianças e patrimônios familiares, fortificando uma estrutura social na qual a mulher era subordinada e tinha apenas o desígnio para funções domésticas e para satisfazer seu cônjuge. Essas ideias foram sustentadas durante o século XIX pela religião, que tinha bastante influência, pelos direitos que eram exclusivamente dos homens e pela ciência, que utilizava argumentos frequentes sobre a inferioridade da mulher, portanto, utilizando-se de argumentos religiosos, biológicos, morais e legais. As mulheres tinham limitações legislativas em relação à educação, herança, divórcio e participação social, e poucas mulheres tinham acesso a algo além das funções domésticas. Durante o século XIX, o patriarcalismo consolidou uma estrutura social governada por homens, inviabilizando as mulheres e apagando da história as contribuições que elas fizeram na sociedade em diversas áreas, como literatura, política, ciência e cultura, sendo atribuídas aos homens ou simplesmente apagadas dos registros.

Patriarcado é um nome estranho para muitas pessoas que consideram a ordem social existente. Ele representa a estrutura que organiza a sociedade, favorecendo uns e obrigando outros a se submeterem ao grande favorecido que ele é, sob pena de violência ou morte. (TIBURI, 2020, p.59)

Entretanto, com a consolidação do patriarcalismo, os primeiros movimentos feministas surgiram durante o século XIX, dentre eles a luta pelo sufrágio feminino, que ocorreu no final do século XIX, portanto,

Para começarmos nosso processo de compreensão sobre o feminismo, podemos defini-lo como o desejo

por democracia radical voltada à luta por direitos daqueles que padecem sob injustiças que foram armadas sistematicamente pelo patriarcado. (TIBURI, p. 12)

Isso não significa que a desigualdade de gênero, enraizada pelo patriarcado, deixou de existir e que as mulheres conseguiram todos os seus direitos políticos sem lutar. Muito pelo contrário, durante o século XIX, com a Revolução Industrial que transformou a economia, a sociedade, e com os avanços tecnológicos, houve uma passagem da economia agrícola/artesanal para uma economia baseada no lucro e no modo de produção em massa. Isso resultou no rápido crescimento da urbanização, gerando modos de vida precarizados, desigualdades sociais, condições precárias de trabalho e o surgimento de movimentos sociais (sindicatos), produzindo em massa questões sociais.

Com a industrialização, as estruturas sociais e econômicas foram alteradas, e ampliou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho, que em condições inferiores às dos homens, despertaram para a necessidade da compreensão dos debates feministas no mercado de trabalho, para combater desigualdade salarial, condições de trabalho de exploração, educação limitada e direitos sociais restritos, fazendo com que as mulheres enfrentassem diversas discriminações, constituindo-se suas lutas como mais expressões da questão social.

Após a Revolução Francesa, que ocorreu em 1789 e foi motivada, entre outros fatores, pela desigualdade entre grupos sociais, houve intensas mudanças sociopolíticas na Europa, acompanhadas pela ampliação dos direitos civis. Nesse contexto, surgiu a primeira onda do movimento feminista: da luta pelo sufrágio feminino, ou das sufragistas, como ficaram conhecidas as mulheres que impulsionaram e participaram dessa primeira onda do movimento feminista.

Em 1791, a escritora Olympe de Gouges publicou a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, na qual questionava a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” e se tornou pioneira na luta pelos direitos das mulheres, defendendo que as mulheres deveriam obter os mesmos direitos que os homens, como o direito ao voto, à propriedade, à educação e à igualdade no casamento, além do direito ao divórcio. Por isso, a escritora foi condenada à morte com a acusação de traição, visto que defendia um novo ideário em um país que passava por uma revolução.

Portanto, quando o movimento das sufragistas iniciou no século XIX, Millicent Fawcett começou fundando a luta sufragista britânica, a União Nacional pelo Sufrágio Feminino, que participava pacificamente das assembleias legislativas com entrega de pedidos, sendo constantemente ignorada por anos, até que, em 1903, Emmeline Pankhurst iniciou a União Social e Política das Mulheres, que se alinhava com as mulheres trabalhadoras e tomou as ruas do Reino Unido com protestos, greves e campanhas, lutando para expandir os direitos das mulheres. Com isso, o sufrágio feminino conquistou aos poucos mundialmente os direitos políticos, por exemplo como o direito de votar.

O Brasil foi pioneiro na aprovação do voto feminino, destacando-se antes mesmo de muitos países europeus. O direito ao voto das mulheres brasileiras foi reconhecido em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto nº 21.076, durante o governo provisório de Getúlio Vargas. Essa conquista foi incorporada à Constituição em 1934, mas o voto feminino só se tornou obrigatório em 1965, igualando-se ao dos homens.

Inicialmente, em 1932, apenas mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria podiam votar. Contudo, em 1934, essas restrições foram eliminadas, ampliando o direito de participação política para todas as mulheres.

A conquista do voto feminino foi resultado direto da mobilização dos movimentos feministas, que ganharam força durante a década de 1920. Esses movimentos se desenvolveram em meio a outros importantes acontecimentos, como a Semana de Arte Moderna de 1922, que contou com a participação de mulheres influentes como Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, o movimento tenentista e a fundação do Partido Comunista. Nesse contexto de mudanças, o feminismo encontrou terreno fértil para crescer, com destaque para a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz.

O voto feminino foi um marco fundamental na luta pela ampliação dos direitos das mulheres no Brasil, simbolizando o início de uma maior participação política e social do gênero feminino no País.

A Revolução Industrial tinha como único objetivo o lucro. Sua atuação rápida para gerar ganhos resultou em condições de trabalho precárias, jornadas exaustivas,

salários baixos e ausência de direitos para os trabalhadores, cuja mão de obra era desvalorizada e não participava nos lucros. Dessa forma, surgiram diversos problemas sociais, como extrema pobreza, exploração do trabalho infantil, moradias inadequadas e riscos à saúde dos trabalhadores, conjunto de expressões da questão social (desigualdades sociais) que persistem, sob outras formas, até este momento.

Segundo CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

A questão social se desencadeou durante a Revolução Industrial no século XIX, no conflito entre Capital e Trabalho, à medida que a burguesia ampliou seu poder (capital) investindo em maquinários industriais, substituindo a força de trabalho pela força motriz (industrialização), permitindo a fabricação de matérias-primas em maior quantidade e com menor custo.

(...) a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação. (TELES, 1996, p.85)

Apesar de todo o investimento em máquinas e da produção em larga escala que elas proporcionavam, a força de trabalho humana não se tornou completamente dispensável. Para que as máquinas funcionassem e a produção ocorresse em sua totalidade, era necessária a mão de obra humana. Quando os produtos gerados pela indústria começaram a ser comercializados, a diferença de preço em relação aos produtos artesanais se tornou evidente. Enquanto um artesão fabricava um produto, a indústria produzia 100 ou 200 e vendia por um valor muito inferior ao que o artesão

cobrava. Com isso, a mão de obra artesã deixou de produzir e foi forçada a vender sua força de trabalho.

Quando o artesão fabricava e vendia um sapato, o lucro obtido era exclusivamente dele, já que ele era o responsável pela produção. No entanto, durante a Revolução Industrial, essa dinâmica mudou: o que o trabalhador fabricava gerava lucro que era destinado integralmente aos donos dos meios de produção (burguesia).

Dessa forma, as migrações do campo para a cidade tornaram-se frequentes, pois era nas indústrias que estavam as oportunidades de trabalho. Contudo, com o grande fluxo migratório e a falta de infraestrutura das cidades para comportar a quantidade crescente de pessoas, surgiram diversos problemas sociais, como doenças, moradias precárias, fome, extrema pobreza, desemprego e condições de trabalho degradantes. A jornada de trabalho era extenuante, muitas vezes sem pausas para comer, beber ou ir ao banheiro, o que resultava em acidentes, doenças e até mesmo mortes. Todos esses problemas configuram as diferentes expressões da questão social, que define o objeto de trabalho do Assistente Social:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, 1997, p.14)

Dessa forma, é nesse contexto de desigualdades estruturais e tensões sociais que os assistentes sociais atuam, ocupando um espaço estratégico na mediação entre as necessidades das classes populares e as respostas das políticas públicas. A questão social, com suas múltiplas expressões — como a fome, o desemprego, as

condições insalubres de trabalho e a moradia precária —, torna-se o eixo central da intervenção profissional, exigindo um olhar crítico, reflexivo e comprometido com a transformação social.

O trabalho do assistente social não se limita à execução de serviços ou ao cumprimento de demandas institucionais; ele busca fortalecer a autonomia dos indivíduos e coletividades, promovendo sua capacidade de organização e resistência. A profissão vai além de mitigar os impactos das desigualdades, pois também denuncia as injustiças e tensiona o sistema, reivindicando direitos e lutando por políticas públicas que garantam a dignidade humana.

Nesse sentido, a prática profissional é profundamente atravessada por contradições, já que os assistentes sociais atuam em um terreno permeado por interesses conflitantes: de um lado, a reprodução das desigualdades; de outro, a resistência e a luta por justiça social. Essa dualidade não apenas define o objeto de trabalho, mas também dá sentido ao exercício ético-político da profissão, que visa construir uma sociedade mais justa e equitativa.

Portanto, o Serviço Social reafirma seu compromisso histórico com as lutas das classes subalternas, enxergando na questão social não apenas um problema a ser resolvido, mas também uma expressão de resistência e potencial para a transformação. Atuando nesse campo de disputas, o assistente social contribui para fortalecer o protagonismo dos sujeitos e a construção de caminhos alternativos para superar as condições impostas pelas desigualdades sociais. Dessa forma, enquanto os assistentes sociais enfrentam as expressões cotidianas da questão social, é importante reconhecer que muitas dessas desigualdades estão intrinsecamente ligadas às estruturas de poder e opressão. Nesse contexto, os movimentos sociais, como o feminismo, emergem como forças essenciais na luta por direitos e igualdade. Assim, é fundamental compreender como o movimento feminista, em suas vertentes liberal e anticapitalista, se insere nessa dinâmica de resistência, propondo novas formas de enfrentamento às desigualdades de gênero e às injustiças estruturais.

## 2.1. Movimento feminista: liberal e anticapitalista

*“Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide”*

- Cecília Toledo

O feminismo, enquanto movimento de luta por igualdade de gênero, desdobra-se em diversas vertentes que refletem diferentes perspectivas sobre a opressão das mulheres. Entre essas, o feminismo liberal e o feminismo anticapitalista emergem como opostos ideológicos significativos.

O feminismo, enquanto movimento social, reúne uma ampla gama de perspectivas e ideologias, cada qual oferecendo diferentes respostas às desigualdades de gênero. Dentre essas vertentes, o feminismo liberal e o anticapitalista frequentemente são colocados em oposição, ainda que por vezes compartilhem objetivos superficiais semelhantes.

O feminismo liberal, em sua essência, prega que a igualdade de gênero pode ser alcançada por meio de mudanças graduais nas leis e pela inclusão das mulheres em espaços de poder. Essa vertente valoriza o empreendedorismo feminino, o livre mercado e a ascensão individual como caminhos para superar a opressão. Contudo, uma crítica recorrente ao feminismo liberal é que ele ignora como questões sistêmicas, como o racismo, a pobreza e a desigualdade de classe, moldam profundamente as experiências de mulheres em diferentes contextos:

Longe de oferecer uma solução, contudo, o feminismo liberal é parte do problema. Centrado no Norte global, entre a camada gerencial-profissional, ele está voltado para a “imposição” e a “quebra do telhado de vidro”. Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. (ARRUZZA et al, 2019, p.26)

Ao focar na meritocracia e na busca por “igualdade de oportunidades”, essa abordagem assume que todas as mulheres possuem os mesmos pontos de partida, desconsiderando as barreiras sociais que limitam o avanço de muitas.

Já o feminismo anticapitalista parte do princípio de que a opressão de gênero está interligada às lógicas de exploração do sistema capitalista. Para essa perspectiva, o capitalismo reforça desigualdades ao atribuir às mulheres o papel principal no trabalho reprodutivo — seja no lar, nos cuidados com a família ou mesmo em profissões desvalorizadas economicamente, como educação e enfermagem. Essa vertente defende que não é possível alcançar a verdadeira emancipação feminina enquanto as bases econômicas e culturais que sustentam a exploração de classe continuarem intactas:

Aspiramos a enfrentar esses desafios. Evitando medidas parciais, o feminismo que vislumbramos tem como objetivo atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, ele luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria – das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres queer, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora. E isso não é tudo. Esse feminismo não se limita às “questões das mulheres” como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas (...). (ARRUZZA, 2019, p.28)

Assim, propõe não apenas reformas, mas uma reestruturação completa do modelo econômico e social.

Embora pareçam polarizadas, ambas as vertentes enfrentam críticas que vão além de suas propostas. O feminismo liberal se limita a atender os interesses de uma elite privilegiada, enquanto o anticapitalista, por vezes, é visto como excessivamente teórico, sem oferecer soluções imediatas para as demandas urgentes das mulheres. Apesar dessas críticas, é importante considerar que ambas as perspectivas buscam,

em última análise, formas de questionar e confrontar os sistemas que perpetuam a desigualdade.

No entanto, é essencial avaliar as limitações de cada abordagem. ARRUIZZA et al. (2019) defende que o liberalismo, com sua ênfase no indivíduo e no mercado, pode parecer mais acessível e pragmático, mas corre o risco de perpetuar desigualdades ao não desafiar as estruturas que as criam. Já o feminismo anticapitalista oferece uma crítica mais profunda ao status quo, mas enfrenta desafios na implementação de suas ideias em uma sociedade amplamente moldada pelo capitalismo.

Essas dinâmicas demonstram que a luta pela igualdade de gênero não é uniforme e deve ser analisada de forma crítica, considerando as realidades diversas que impactam as mulheres em suas vivências.

### **3 A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO**

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro é um tema que está diretamente ligado à luta histórica do movimento feminista. Durante muitos anos, as mulheres enfrentaram uma sociedade patriarcal que as via como figuras restritas ao ambiente doméstico, com pouca ou nenhuma participação no mercado de trabalho. No entanto, ao longo do século XX, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, o movimento feminista ganhou força, trazendo à tona a questão da igualdade de direitos e oportunidades no trabalho.

O feminismo, com suas diversas correntes, sempre teve como um dos seus principais objetivos a luta pela autonomia econômica das mulheres. As feministas questionaram a divisão de trabalho baseada em gênero, que limitava as mulheres a funções consideradas "femininas" e subvalorizadas, enquanto os homens ocupavam as posições de maior prestígio e remuneração. Nesse contexto, surgiram as primeiras demandas por salários justos, melhores condições de trabalho e, principalmente, por igualdade de oportunidades.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil vivenciou importantes avanços em relação à participação feminina no mercado de trabalho. A Constituição de 1988, por exemplo, garantiu a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e muitas leis e políticas públicas foram implementadas para combater a discriminação de gênero e apoiar a presença da mulher em diferentes setores. No entanto, os desafios ainda são muitos. A disparidade salarial continua a ser uma realidade, com as mulheres ganhando, em média, menos do que os homens para realizar as mesmas funções. Além disso, a presença feminina em cargos de liderança e decisão é ainda muito reduzida, e muitas mulheres enfrentam dificuldades em conciliar a vida profissional com as responsabilidades domésticas e familiares, um reflexo da persistente desigualdade de gênero.

Esses obstáculos indicam que, apesar dos avanços, o caminho para uma verdadeira igualdade no mercado de trabalho ainda está longe de ser alcançado. A luta feminista continua a ser fundamental, não só para garantir que as mulheres tenham acesso a melhores condições de trabalho, mas também para transformar as

estruturas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero. As feministas, ao longo dos anos, não só abriram portas para as mulheres em diversos setores, mas também desafiaram normas culturais e econômicas, deixando um legado de resistência e reivindicações que segue forte e relevante nos dias de hoje.

### 3.1 Avanços e desafios no mundo do trabalho feminino

No mundo do trabalho brasileiro feminino embora tenha havido avanços significativos ao longo do tempo, muito desafios ainda persistem na realidade atual e as dificuldades de equilibrar a carreira com as responsabilidades domésticas e familiares são apenas alguns dos obstáculos que continuam a impactar a trajetória profissional das mulheres. Esses desafios refletem questões estruturais profundas, que ainda precisam ser enfrentadas para garantir uma verdadeira igualdade de oportunidades, sendo eles:

- Disparidade salarial

A diferença de remuneração entre homens e mulheres é uma das questões mais evidentes. Mesmo ocupando cargos similares e possuindo qualificações equivalentes, as mulheres frequentemente recebem salários inferiores. Essa desigualdade é ainda mais acentuada para mulheres negras, que enfrentam a sobreposição de preconceitos de gênero e raça. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o Brasil registrou uma diferença salarial de 22% entre homens e mulheres, o que significa que, em média, as mulheres recebem apenas 78% do salário masculino. De acordo com uma reportagem recente de Sena e Rodrigues (2024), a disparidade salarial entre homens e mulheres aumentou desde o início do ano. Atualmente, as mulheres recebem, em média, 20,7% a menos do que os homens no setor privado no Brasil. Os dados, divulgados pelo Ministério do Trabalho, indicam que, até março de 2024, a diferença era de 19,4%, a média salarial de acordo com o relatório divulgado com o levantamento considera 18 milhões de trabalhadores em 50.692 estabelecimentos com 100 ou mais empregados:

- **Mulheres negras:** R\$ 2.745,76

- **Mulheres não negras:** R\$ 4.249,71
- **Mulheres (geral):** R\$ 3.565,48
- **Homens negros:** R\$ 3.493,59
- **Homens não negros:** R\$ 5.464,29
- **Homens (geral):** R\$ 4.495,39

**Na prática, mulheres negras ganham, desempenhando funções similares:**

- **35,38% a menos** que mulheres não negras,
- **21,4% a menos** que os homens negros;
- **49,75% a menos** que homens não negros – ou seja, quase metade do salário deles. (BRASIL, Ministério do Trabalho, 2024).

- Acesso limitado a cargos de liderança

Embora tenha havido um aumento no número de mulheres em posições de destaque, o “teto de vidro” ainda é uma realidade. Essa barreira invisível impede muitas mulheres de alcançar os cargos mais altos dentro de organizações, devido a preconceitos e expectativas de gênero que associam liderança a características tradicionalmente masculinas. Segundo estudos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) “Mulheres ocupam apenas 29% dos cargos de liderança nas indústrias do Brasil, enquanto homens representam 71%. Além disso, só 14% das empresas têm áreas específicas dedicadas à promoção de igualdade de gênero no local de trabalho, sendo que apenas 5% contam com orçamento próprio.” (RODRIGUES, Leonardo Tulio, UNINTER, 2023).

- Dupla jornada de trabalho

A dupla jornada de trabalho é uma realidade enfrentada por muitas mulheres, que, além de suas atividades profissionais, assumem a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidado com a família. Mesmo com a evolução das questões de igualdade no mercado de trabalho, as mulheres ainda são sobrecarregadas, pois muitas vezes a sociedade espera que desempenhem papéis tanto no ambiente profissional quanto no pessoal. Isso resulta em uma carga de trabalho que se estende para além do expediente, afetando sua saúde física e mental, além de comprometer seu tempo livre e sua qualidade de vida. Superar a dupla jornada exige mudanças culturais e políticas públicas que apoiem as mulheres, promovendo a divisão mais justa das responsabilidades dentro e fora do lar. O site InfoJobs, em parceria com o G1, realizou uma pesquisa que revela que em cada dez mulheres oito vivem dupla jornada:

que 83% das mulheres afirmaram que vivenciam a dupla jornada de trabalho, com a realização de atividades domésticas e serviços de cuidado com crianças e familiares idosos.

Desse total, 45% dizem não contar com uma rede de apoio ou com a ajuda de parceiros. A pesquisa foi feita entre fevereiro e março deste ano, com a participação de 742 pessoas que se identificam com o gênero feminino, de 18 a 60 anos. (BOLZANI, Isabela, G1, 2024).

- Discriminação e preconceitos no ambiente de trabalho

As mulheres ainda enfrentam preconceitos relacionados a sua capacidade, especialmente em setores historicamente dominados por homens, como tecnologia, engenharia e ciências exatas. Além disso, questões como a maternidade muitas vezes são vistas como “obstáculos”, gerando discriminação durante contratações ou promoções, Arruzza et al. (2019) destacam que as desigualdades de gênero no mercado de trabalho persistem como um reflexo das estruturas sociais patriarcais, sendo constantemente enfrentadas pelas mulheres. Nesse contexto, a licença-maternidade surge como uma das pautas centrais da luta por direitos, pois, embora seja um direito garantido, muitas mulheres ainda enfrentam preconceitos e discriminações relacionados à gestação e ao período pós-licença. Bolzani (2024)

ressalta em sua reportagem que 43% das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de preconceito ou descriminalização durante ou após a gestação. Essa estatística evidencia a resistência de algumas empresas em reconhecer a maternidade como um direito legítimo, resultando em práticas que prejudicam a estabilidade profissional das mulheres. Muitas relatam o medo de informar sobre a gravidez ou, pior ainda, a demissão após o retorno da licença-maternidade, perpetuando um ciclo de insegurança e vulnerabilidade.

Nem mesmo no momento singular e delicado de gerar uma vida, as mulheres encontram o respeito e a proteção que deveriam ser garantidos. Essa realidade reflete não apenas a negligência de parte do mercado de trabalho, mas também a necessidade urgente de fortalecer políticas públicas e ações que assegurem os direitos das mulheres e combatam essas práticas discriminatórias que ainda são comuns em muitas empresas brasileiras.

- Assédio Moral e sexual:

O assédio moral e sexual é uma realidade que atinge muitas mulheres no mercado de trabalho. Esse tipo de violência não apenas compromete o bem-estar das trabalhadoras, mas também cria ambientes hostis que limitam sua produtividade e crescimento profissional.

Segundo pesquisa realizada pela consultoria Deloitte em 2024:

A cada quatro mulheres (24%) dizem ter sofrido assédio durante o atendimento a clientes ou consumidores. Outras 13% relataram assédio de colegas de trabalho, e mais 13% descreveram assédios em viagens a trabalho.

O assédio sexual foi relatado por 40% das brasileiras. Desse grupo, 60% afirmaram que não reportaram o ocorrido. (MACEDO, Rayane, G1, 2024)

- Representatividade desigual em áreas estratégicas

Apesar de avanços em setores como saúde e educação, onde as mulheres são maioria, sua presença em áreas estratégicas, como política, finanças e tecnologia, ainda é reduzida. Essa sub-representação limita a diversidade de perspectivas e impede mudanças significativas nas estruturas organizacionais. E uma das áreas mais importantes para a luta por igualdade é o campo político, ainda amplamente dominado pelo gênero masculino. Na Câmara dos Deputados, atualmente, há 91 representantes mulheres, um crescimento de 18% em relação às 77 deputadas eleitas em 2018. Destas, 89 estão exercendo seus mandatos, enquanto as demais se licenciaram para assumir cargos nos Estados ou na Esplanada dos Ministérios. No Senado, a bancada feminina também alcançou sua maior representatividade histórica, com 15 senadoras ocupando assentos.

Trazendo essa análise para um cenário mais local, em Volta Redonda, a Câmara Municipal é composta por 21 cadeiras, das quais apenas 2 são ocupadas por mulheres. Esse dado reflete uma realidade comum em muitas cidades brasileiras: a sub-representação feminina nos espaços de poder, evidenciando a desigualdade de gênero nas instâncias decisórias.

Ao fazermos uma análise mais aprofundada, percebemos que, apesar de avanços significativos nos últimos anos, como o aumento do número de mulheres eleitas em níveis estadual e federal, a representatividade feminina no poder legislativo ainda enfrenta barreiras estruturais e culturais. A baixa proporção de mulheres em cargos políticos está diretamente relacionada a fatores como o machismo institucional, a divisão desigual de responsabilidades domésticas, e a falta de incentivo para que mulheres ingressem e permaneçam na política.

Esses números, tanto no âmbito federal quanto local, mostram que a participação feminina na política ainda é um desafio em construção, exigindo mudanças estruturais e maior engajamento de movimentos sociais, partidos políticos e da sociedade para garantir que as mulheres tenham voz ativa e igualdade de condições nos espaços de poder.

Para enfrentar essas lutas, é fundamental que haja a implementação de políticas públicas e corporativas que promovam a equidade de gênero. Isso inclui igualdade salarial, flexibilização de horários para facilitar a conciliação entre trabalho e vida pessoal, e combate efetivo ao assédio no ambiente profissional. Além disso,

mudanças culturais são essenciais para desconstruir estereótipos e naturalizar a participação feminina em todas as esferas do mercado.

Apesar dos desafios que ainda afetam tantas mulheres, é importante destacar os avanços que conseguimos, principalmente na política, com a implementação de medidas que buscam garantir nossos direitos e o nosso lugar na sociedade. É fundamental reconhecer que essa luta se fortalece a ponto promover mudanças legislativas e/ou eleger governos que se comprometam com essas demandas e trabalhem junto das mulheres, promovendo transformações que buscam, de fato, a igualdade de gênero.

- Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023)

O recente avanço legislativo foi a sanção da Lei nº 14.611, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 3 de julho de 2023. Essa lei tem como objetivo combater a discriminação de gênero e promover a valorização das mulheres no mercado de trabalho, garantindo a igualdade salarial entre homens e mulheres. A desigualdade salarial é uma realidade persistente enfrentada pelo gênero feminino, uma vez que o machismo ainda prevalece no ambiente de trabalho brasileiro. A Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, destacou a importância dessa lei, enfatizando o compromisso do governo em alinhar-se com a luta por direitos iguais e pelo empoderamento feminino:

Nós aguardamos por este dia pelo menos 80 anos. Este é um governo que respeita todas as mulheres. A igualdade é um direito fundamental e universal, e é uma necessidade, uma urgência. É com igualdade que criamos condições para que todas as pessoas possam estar em todos os espaços.

Cida Gonçalves, Ministra das mulheres. (PLANALTO. GOV, 2023)

A Lei de Igualdade Salarial é um marco fundamental na luta pela igualdade de gênero no mercado de trabalho, garantindo que homens e mulheres recebam salários iguais quando desempenham as mesmas funções e responsabilidades. Com o objetivo de corrigir a disparidade salarial histórica entre os gêneros, a lei visa

combater a discriminação direta e as desigualdades nas oportunidades de trabalho que afetaram as mulheres ao longo do tempo.

Essa legislação tem um impacto significativo para o gênero feminino, pois evita a perpetuação da desigualdade de remuneração e, ao mesmo tempo, fortalece a autonomia financeira das mulheres, proporcionando-lhes igualdade de condições econômicas e profissionais. Com isso, ela contribui para o reconhecimento do trabalho feminino e reduz a desvalorização que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, criando um ambiente mais propício ao seu avanço profissional.

Além disso, a implementação da Lei de Igualdade Salarial incentiva as empresas a adotarem práticas mais transparentes e responsáveis em relação à remuneração, o que resulta na construção de ambientes de trabalho mais justos e inclusivos. Embora sua aplicação ainda enfrente desafios, como resistência à revisão de estruturas salariais e a persistência de estereótipos de gênero, a lei representa um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa, em que as competências e habilidades de cada indivíduo, e não seu gênero, determinem sua remuneração e oportunidades profissionais.

- Canais de denúncias

Nos últimos anos, diversas empresas têm adotado políticas mais rigorosas para combater o assédio sexual e moral no ambiente de trabalho, criando canais de denúncia e promovendo treinamentos sobre o tema. Um exemplo de canal de denúncia é o programa de *compliance*, que tem sido adotado por diversas empresas. O *compliance* refere-se a um conjunto de práticas adotadas pelas empresas para garantir que suas atividades sigam as leis, regulamentos e normas internas, promovendo uma cultura ética e transparente. Um dos principais elementos do *compliance* é o canal de denúncias, um mecanismo confidencial que permite a funcionários, fornecedores e terceiros reportarem irregularidades, como fraudes, assédio ou corrupção, de forma segura e, muitas vezes, anônima.

Esse canal é essencial para identificar problemas precocemente, evitar danos financeiros ou à reputação da empresa, e criar um ambiente de trabalho ético. Para ser eficaz, o canal deve ser acessível, imparcial, confidencial e garantir a proteção contra retaliações. Além disso, ele ajuda a empresa a atender requisitos legais e a melhorar sua imagem no mercado.

Embora sua implementação seja benéfica, a falta de divulgação e o medo de represálias podem dificultar seu funcionamento, por isso é importante que as empresas incentivem sua utilização e treinem as equipes responsáveis pela gestão das denúncias.

- Licença-maternidade e paternidade mais flexíveis:

Em algumas empresas, a licença-maternidade foi ampliada ou se tornou mais flexível, permitindo que as mulheres possam se adaptar melhor à sua nova rotina sem comprometer a continuidade no mercado de trabalho. A licença paternidade é um direito previsto pela legislação brasileira que garante ao pai o afastamento do trabalho por um período após o nascimento do filho. Esse direito tem como objetivo permitir que o pai participe ativamente do início da vida da criança, apoiando a mãe nos cuidados e fortalecendo o vínculo familiar. De acordo com a Lei nº 11.770/2008, a licença paternidade é de 5 dias corridos, podendo ser estendida para até 20 dias para empresas que participam do Programa Empresa Cidadã.

Embora a licença paternidade tenha evoluído ao longo dos anos, a sua duração ainda é considerada insuficiente quando comparada à licença maternidade, que é mais longa e permite à mãe maior tempo de recuperação e adaptação ao novo papel. O tempo reduzido da licença paternidade, infelizmente, reflete uma visão ainda limitada sobre o papel do pai na criação dos filhos, com a responsabilidade maior recaindo sobre as mães.

Entretanto, a licença paternidade tem ganhado importância nos últimos anos, com uma crescente valorização da paternidade ativa. Há um movimento para ampliar esse direito, reconhecendo que a participação do pai desde os primeiros momentos é essencial para o desenvolvimento da criança e para o equilíbrio das responsabilidades dentro da família. A mudança de perspectiva, onde o pai assume um papel mais presente, não só fortalece os laços familiares, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária, onde as tarefas domésticas e de cuidado não são exclusivas das mulheres.

Portanto, a licença paternidade é um passo importante para promover uma divisão mais justa e equilibrada das responsabilidades familiares e, ao mesmo tempo, é um reflexo da evolução das questões de gênero nas últimas décadas. A ampliação desse benefício é uma medida necessária para garantir que tanto pais quanto mães

possam conciliar a vida profissional com a criação dos filhos, de forma mais equilibrada e saudável.

- Iniciativas corporativas de diversidade

Muitas empresas passaram a adotar políticas de inclusão de gênero, oferecendo ambientes mais igualitários, com iniciativas como programas de mentoria, treinamentos e espaços de diálogo sobre as questões de gênero. As iniciativas corporativas de diversidade têm ganhado cada vez mais relevância nas organizações, refletindo a conscientização sobre a importância de criar ambientes mais inclusivos e representativos. Essas iniciativas buscam garantir que todas as pessoas, independentemente de gênero, raça, orientação sexual, ou qualquer outra característica pessoal, tenham as mesmas oportunidades no ambiente de trabalho.

Para o gênero feminino, essas ações são particularmente cruciais, pois ainda existem muitas barreiras históricas que limitam a participação plena das mulheres no mercado de trabalho. A desigualdade de gênero persiste em diversas áreas, desde a disparidade salarial até a sub-representação em cargos de liderança. Nesse contexto, as políticas de diversidade podem ser um divisor de águas, criando condições para que as mulheres possam prosperar profissionalmente em igualdade de condições com os homens. A importância dessas iniciativas vai além da criação de um ambiente mais justo; elas são fundamentais para o crescimento das empresas e para a construção de uma cultura organizacional mais saudável. Diversidade significa não só incluir mulheres, mas também valorizar suas diferentes experiências, perspectivas e habilidades, que são essenciais para a inovação e para a resolução criativa de problemas. Empresas que investem em diversidade geralmente apresentam resultados superiores, pois conseguem atrair talentos de diferentes origens e experiências, o que contribui para uma maior riqueza de ideias e soluções.

Além disso, iniciativas como programas de mentoria, promoção da igualdade salarial, treinamento em gestão de diversidade e inclusão, e o incentivo ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional têm um impacto direto na evolução das mulheres dentro das organizações. Ao facilitar o acesso das mulheres a cargos de liderança e decisão, as empresas não apenas reforçam sua responsabilidade social, mas também contribuem para uma transformação cultural que beneficia toda a sociedade.

Portanto, as iniciativas corporativas de diversidade não são apenas uma questão de responsabilidade social, mas uma estratégia inteligente para promover o desenvolvimento profissional das mulheres e melhorar a performance organizacional. Elas ajudam a reduzir as desigualdades históricas e criam um mercado de trabalho mais igualitário, no qual todos os indivíduos têm a chance de atingir seu potencial máximo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste trabalho buscou-se examinar a evolução do movimento feminista e suas interseções com as questões sociais e econômicas que moldaram, e ainda moldam, a condição feminina na sociedade contemporânea. O feminismo, mais do que um movimento de contestação, revelou-se uma força transformadora, capaz de expor as profundas desigualdades enraizadas no patriarcado e de promover avanços significativos na busca por igualdade de gênero. A análise dos impactos da Revolução Industrial, das estruturas patriarcais e das vertentes ideológicas do feminismo demonstra que a luta pela emancipação feminina está diretamente vinculada à desconstrução de paradigmas históricos, culturais e econômicos.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, tema central deste estudo, destaca-se como um dos marcos mais emblemáticos da luta feminista. Entretanto, ela também escancara os inúmeros desafios ainda existentes, como a disparidade salarial, a sub-representação em cargos de liderança, a dupla jornada de trabalho e a perpetuação de estereótipos de gênero. Esses obstáculos, longe de serem questões isoladas, evidenciam um sistema que privilegia uma minoria em detrimento da maioria, configurando-se como expressões da questão social e econômica que ainda precisa ser enfrentada com urgência.

Além disso, a dualidade entre o feminismo liberal e o feminismo anticapitalista oferece uma perspectiva rica para compreender as diferentes abordagens na luta pela igualdade de gênero. Enquanto o feminismo liberal propõe mudanças graduais e reforça a meritocracia como caminho para o progresso, o feminismo anticapitalista aponta para uma crítica mais estrutural, desafiando os alicerces do sistema capitalista que perpetuam a exploração e a desigualdade. Reforço, porém, que a luta pela igualdade no mercado de trabalho vai além da busca por direitos individuais. Ela também envolve a resistência a um sistema econômico que, muitas vezes, perpetua o patriarcalismo e a desigualdade social que afetam a todos nós, filhos da classe trabalhadora. Nesse sentido, a luta não deve se restringir à liberdade de uma minoria, mas deve ser uma luta coletiva, pela transformação estrutural que beneficie toda a sociedade.

Os avanços obtidos pelas mulheres ao longo dos séculos não seriam possíveis sem o protagonismo das feministas que enfrentaram sistemas opressores e

desafiaram normas sociais profundamente arraigadas. Desde a luta pelo sufrágio no século XIX até as demandas contemporâneas por representatividade e igualdade de oportunidades, a trajetória das mulheres é marcada por conquistas significativas, mas também por resistências que ainda precisam ser superadas.

Contudo, é fundamental reconhecer que a desigualdade de gênero não é um problema que atinge todas as mulheres de maneira uniforme. O recorte de classe, raça e orientação sexual torna a experiência de opressão múltipla e mais complexa para mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e outras minorias. Assim, a luta feminista precisa ser interseccional, abrangendo as diversas realidades e promovendo mudanças que contemplem as necessidades de todas as mulheres.

Em última análise, este trabalho reforça que a luta pela igualdade de gênero não é apenas uma questão de justiça social, mas também de transformação estrutural. É um convite à reflexão sobre os valores que sustentam nossas relações sociais e econômicas e uma convocação para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual as mulheres tenham condições plenas de exercer sua autonomia, suas habilidades e seus direitos em todos os âmbitos da vida.

A jornada por igualdade, embora longa e complexa, continua sendo essencial. Inspiradas por aquelas que vieram antes de nós, é nosso dever perpetuar essa luta, pois é apenas por meio da resistência e do engajamento coletivo que poderemos alcançar um futuro em que a desigualdade de gênero não seja mais uma realidade, mas apenas uma lembrança do passado.

Este trabalho analisou a inserção da mulher no mercado de trabalho contemporâneo, destacando os desafios históricos, culturais e estruturais que ainda persistem. A pesquisa revelou que as desigualdades de gênero são reflexas de um sistema patriarcal e capitalista que se alimenta de hierarquias sociais e econômicas. Apesar dos avanços obtidos ao longo do tempo, como o aumento da participação feminina em diferentes setores, os obstáculos enfrentados pelas mulheres continuam a evidenciar a necessidade de ações coletivas para transformar essa realidade.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) apontam que “somente uma luta coletiva, enraizada nas demandas das mulheres da classe trabalhadora, negras, indígenas, imigrantes e LGBTQIA+, pode transformar as condições que sustentam a

opressão” (p. 41). Essa perspectiva reforça a ideia de que a superação das desigualdades de gênero exige não apenas reformas superficiais, mas mudanças estruturais que rompam com as lógicas de exploração do capitalismo.

Além disso, o feminismo anticapitalista, conforme defendido no manifesto das autoras, destaca a importância de uma luta que vai além do acesso a direitos individuais. A verdadeira igualdade só será alcançada quando as condições sociais e econômicas que sustentam a exploração forem profundamente transformadas. Em última análise, conclui-se que a superação das desigualdades exige uma abordagem interseccional e a união de todos os segmentos da sociedade na luta por um futuro mais justo.

A inserção da mulher no mercado de trabalho reflete, portanto, um processo em constante construção, onde conquistas individuais devem ser acompanhadas por mudanças estruturais. Como defendido por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), “o feminismo para os 99% exigem um feminismo anticapitalista, antirracista, anticolonial e antiextrativista que lute contra a exploração, opressão e destruição ambiental” (p. 12). Somente assim será possível garantir um futuro no qual a equidade de gênero seja alcançada para todas as mulheres, sem exceção.

## 5 REFERÊNCIAS

**ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy.** Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

**BOLZANI, Isabela.** Oito em cada 10 mulheres vivem dupla jornada de trabalho com afazeres domésticos e cuidados, diz pesquisa. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/09/oito-em-cada-10-mulheres-vivem-dupla-jornada-de-trabalho-com-afazeres-domesticos-e-cuidados-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 23/10/2024.

**BORGES, Beatriz; BARBIÉRI, Luiz Felipe.** Bancada feminina é a maior da história do congresso; deputadas avaliam o que isso representa na prática. G1, 2023. Disponível em: [Bancada feminina é a maior da história do Congresso; deputadas avaliam o que isso representa na prática | Política | G1](#). Acesso em: 22/11/2024

**BRASIL.** Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.

**BRASIL.** Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023.

**BRASIL.** Presidente sanciona lei que determina igualdade salarial entre homens e mulheres. Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/07/presidente-sanciona-lei-que-determina-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres>. Acesso em: 23/11/2024.

**G1.** Denúncias por assédio moral e sexual disparam no Brasil em 2023. Bom dia, Brasil, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/08/16/denuncias-por-assedio-moral-e-sexual-disparam-no-brasil-em-2023.ghtml>. Acesso em: 19/11/2024.

**D'ÁVILA, Manuela.** Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Instituto E se fosse você, 2021.

**ESTEVÃO, Ana Maria.** O que é serviço social. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2001.

**IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul.** Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

**MACEDO, Rayane.** Assédio, agressões e perdas de direito: pesquisa mostra as angústias de mulheres no ambiente de trabalho. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2024/04/30/assedio-agressoes-e-perda-de-direitos-pesquisa-mostra-as-angustias-de-mulheres-no-ambiente-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 18/11/2024.

**MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia.** Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

**RODRIGUES, Leonardo Tulio.** Mulheres ocupam apenas 29% dos cargos e liderança. Central de Notícias Uninter, 2023. Disponível em: [Mulheres ocupam apenas 29% dos cargos de liderança | UNINTER NOTÍCIAS](#). Acesso em: 20/11/2024.

**SENA, Letícia; RODRIGUES, Matheus.** Mulheres ganham 20,7% a menos que homens no Brasil, diz governo; diferença cresceu desde março. G1, 2024. Disponível em: [Mulheres ganham 20,7% a menos que homens no Brasil, diz governo; diferença cresceu desde março | Economia | G1](#). Acesso em: 22/11/2024.

**TIBURI, Márcia.** Feminismo para todas, todes e todos. 13ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

**TOLEDO, Cecília.** Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide. Marxismo e Opressão. 2ª edição. São Paulo: Sundermann, 2008.